



ACÓRDÃO Nº 288/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11504/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Orgão:** Fundo de Previdência Social de Marã – MARAÁPREV.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsáveis:** Sra. Mirlene Bezerra da Silva Mesquita e Sr. Liomar Menezes Ramos, Diretores.
- 6- **Advogados:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1062/2018-MP-RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 366/371).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social de Marã – MARAÁPREV - Exercício de 2015.

*Irregularidade. Multa. Prazo. Autorização.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Previdência Social de Marã - MarãPrev, exercício de 2015, de responsabilidade da senhora Mirlene Bezerra da Silva Mesquita (Período de 01/01/2015 a 31/08/2015) e do senhor Liomar Menezes Ramos (Período de 01/09/2015 a 31/12/2015), Diretores do referido Fundo de Previdência em seus respectivos períodos de gestão, nos termos dos arts. 22, III, “b” e “c”, e 25, da Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b” e “c”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar multa a Sra. Mirlene Bezerra da Silva Mesquita e ao Sr. Liomar Menezes Ramos** no valor de **R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2002, em razão das seguintes restrições:
 - a) Transferência do montante de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) da conta do Fundo Previdenciário para a conta da Prefeitura Municipal de Marã/Prev, realizada em 20/12/2014, sem previsão legal;



ACÓRDÃO Nº 288/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- b) Ausência de recenseamento previdenciário com periodicidade não superior a cinco anos (art. 9, II, da Lei Federal n.º 10.887/2004 e art. 15 II da Orientação Normativa n.º SPPS/MPS n.º 02/2009);
- c) Ausência de comprovação de que o RPPS possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ próprio (art. 3º da Instrução Normativa Receita Federal do Brasil n.º 1.470/2014, hoje normatizada pelo art. 4, I, IN RFB n.º 1.634/2016);
- d) Ausência de adoção do Novo Plano de Contas pelo RPPS (art. 1º da Lei n.º 9.717/2008, Portaria MPS n.º 509/2013 e Portaria STN n.º 634/2013);
- e) Ausência de comprovação de que a alíquota do servidor ativo, inativo e pensionista, disposta na lei do respectivo RPPS, está de acordo com a legislação federal e demais normativos do MPS (art. 3º da Lei n.º 9.717/1998, art. 5º, XIV, "a", da Portaria MPS n.º 204/2008, art. 3º, III, da Portaria MPS n.º 402/2008 e art. 26 da ON SPPS/MPS n.º 2/2009);
- f) Ausência de comprovação de que o repasse das contribuições patronal e dos servidores ativos, inativos e pensionistas ao RPPS está de acordo com a legislação municipal e federal (art. 1º, II, da Lei n.º 9.717/1998, art. 5º, I, "a", "b" e "c", da Portaria MPS n.º 204/2008), conforme Planilha das contribuições previdenciárias e dos repasses;
- g) Ausência de demonstração de que o RPPS enviou o Demonstrativo da Política de Investimentos - DPLN ao Ministério da Previdência Social - MPS (art. 1º, parágrafo único, art. 6º, IV e VI, da Lei n.º 9.717/1998, art. 5º, XVI, "g", da Portaria MPS n.º 204/2008 e art. 1º da Portaria MPS n.º 519/2011);
- h) Ausência de comprovação de que houve o encaminhamento do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR do RPPS ao MPS (art. 6º, IV, da Lei n.º 9.717/1998, art. 5º, XVI, "d", Portaria MPS n.º 204/2008 e art. 22 da Portaria MPS n.º 402/2008);
- i) Ausência de comprovação de que o relatório da política de investimentos e suas revisões permanecem guardados pelo prazo de 10 anos (art. 1º, § 3º, da Portaria MPS n.º 519/2011);
- j) Ausência de comprovação de que os recursos da taxa da administração foram depositados em conta separada das demais disponibilidades do RPPS -contribuição patronal e dos servidores (art. 15, II, da Portaria MPS n.º 402/2008 e art. 41 da Orientação Normativa SPPS/MPS n.º 02/2009);
- k) Ausência de comprovação de que os recursos previdenciários foram aplicados no mercado financeiro de acordo com as determinações legais (art. 6º, IV e VI, Lei n.º 9.717/1998, art. 43, § 2º, I, da LRF; Portaria MPS n.º 519/2011; Resolução CMN n.º 3.922/10). Anexo III – Planilha de Recursos Previdenciários



ACÓRDÃO Nº 288/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Aplicados em Fundo de Investimento.

- 10.3. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);
- 10.4. Autorizar** desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;
- 10.5. Determinar** aos responsáveis e à atual gestão do Fundo Municipal de Previdência Social de Marã que:
- a) Não realizem transferências de quaisquer valores da conta do fundo Previdenciário para a conta da prefeitura Municipal, sem autorização legal;
 - b) Adotem as medidas necessárias à implantação de recenseamento previdenciário com periodicidade exigida em lei (art. 9, II, da Lei Federal n.º 10.887/2004 e art. 15 II da Orientação Normativa n.º SPPS/MPS n.º 02/2009);
 - c) Adotem as medidas necessárias à obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ próprio do RPPS (art. 3º da Instrução Normativa Receita Federal do Brasil n.º 1.470/2014, hoje normatizada pelo art. 4, I, IN RFB n.º 1.634/2016);
 - d) Observem com maior rigor as orientações da Lei n.º 4.320/1964 acerca da contabilidade financeira e demais normas correlatas, com adoção do Novo Plano de Contas (art. 1º da Lei n.º 9.717/2008, Portaria MPS n.º 509/2013 e Portaria STN n.º 634/2013);
 - e) Observem as normas relacionadas à alíquota do servidor ativo, inativo e pensionista, (art. 3º da Lei n.º 9.717/1998, art. 5º, XIV, "a", da Portaria MPS n.º 204/2008, art. 3º, III, da Portaria MPS n.º 402/2008 e art. 26 da ON SPPS/MPS n.º 2/2009);
 - f) Observem as normas relacionadas ao repasse das contribuições patronal e dos servidores ativos, inativos e pensionistas ao RPPS (art. 1º, II, da Lei n.º 9.717/1998, art. 5º, I, "a", "b" e "c", da Portaria MPS n.º 204/2008), conforme Planilha das contribuições previdenciárias e dos repasses;
 - g) Encaminhem o Demonstrativo da Política de Investimentos - DPLN ao Ministério da Previdência Social – MPS (art. 1º, parágrafo único, art. 6º, IV e VI, da Lei n.º 9.717/1998, art. 5º, XVI, "g", da Portaria



ACÓRDÃO Nº 288/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- MPS n.º 204/2008 e art. 1º da Portaria MPS n.º 519/2011);
- h) Encaminhem o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR do RPPS ao MPS (art. 6º, IV, da Lei n.º 9.717/1998, art. 5º, XVI, “d”, Portaria MPS n.º 204/2008 e art. 22 da Portaria MPS n.º 402/2008);
 - i) Adotem as medidas necessárias à abertura de conta específica para o depósito dos recursos da taxa da administração – contribuição patronal e dos servidores (art. 15, II, da Portaria MPS n.º 402/2008 e art. 41 da Orientação Normativa SPPS/MPS n.º 02/2009);
 - j) Adotem as medidas necessárias para que os recursos previdenciários sejam aplicados no mercado financeiro de acordo com as determinações legais (art. 6º, IV e VI, Lei n.º 9.717/1998, art. 43, § 2º, I, da LRF; Portaria MPS n.º 519/2011; Resolução CMN n.º 3.922/10). Anexo III – Planilha de Recursos Previdenciários Aplicados em Fundo de Investimento;

10.6. Determinar à próxima Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria nas contas do Fundo Municipal de Previdência Social de Marã, verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em exercício), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em exercício

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral